

DOCUMENTOS ESCOLARES INDIVIDUAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS SEGMENTOS ESTRUTURAIS DO TEXTO

Glória de Fátima Pinotti de Assumpção*

Resumen: La distinción de un texto especializado se puede realizar por medio de la captura de su terminología, una vez que desde la perspectiva comunicativa (CABRÉ, 1993), son los términos que asumen el papel de transmitir el conocimiento especializado. Este trabajo tiene como objetivo el análisis del texto especializado y de la producción de unidades terminológicas en el ámbito de los documentos escolares individuales. Destacamos algunos aspectos de la estructura y organización del texto especializado como elemento clave en la identificación y caracterización en cuanto a los aspectos morfosintácticos y léxico-semánticos de su terminología. El *corpus* está compuesto de once textos del ámbito de los documentos escolares individuales, escritos en portugués, expedidos por instituciones del sistema educativo brasileño a nivel federal y privado. Los textos que transmiten el conocimiento especializado en el ámbito en cuestión revelan una terminología de naturaleza diferenciada por dar cuenta de una dimensión cognitiva valorizada en la sociedad y por poseer carácter de fe pública. Dado el grado de especialización que presentan en el contexto de uso, algunas unidades léxicas pueden considerarse términos, lo que confirma el carácter poliédrico de estas unidades, según la perspectiva de la Teoría Comunicativa de la Terminología (TCT).

Palabras Clave: Terminología; Texto Especializado; Documentos Escolares Individuales.

Resumo: A distinção de um texto especializado pode ser feita por meio da captura de sua terminologia, pois na perspectiva comunicativa (CABRÉ, 1993), são os termos que assumem o papel de veicular o conhecimento especializado. O presente trabalho objetiva analisar o texto especializado e a produção de unidades terminológicas no domínio dos documentos escolares individuais. Destacamos alguns aspectos da estrutura e organização do texto especializado como elemento fundamental para a identificação e caracterização quanto aos aspectos morfosintáticos e léxico-semânticos da sua terminologia. O *corpus* é formado por onze textos do domínio dos documentos escolares individuais, escritos em português, expedidos por instituições pertencentes ao sistema educacional brasileiro nos níveis federal e particular. Os textos que veiculam o conhecimento especializado no domínio estudado revelam uma terminologia de natureza diferenciada por dar conta de uma dimensão cognitiva valorizada na sociedade e por possuir caráter de fé pública. Dado o grau de especialidade que apresentam em seu contexto de uso, algumas unidades léxicas podem ser consideradas termos confirmando a natureza multifacetada dessas unidades de acordo com a perspectiva da Teoria Comunicativa de Terminologia (TCT).

Palavras-Chave: Terminologia; Texto especializado; Documentos Escolares Individuais

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the specialized text and the production of terminological units in the field of personal academic documents. Based on Cabré (1993), the distinction of a specialized text can be done by capturing their terminology because the communicative perspective are the terms that assume the role of conveying specialized knowledge. We analyze some aspects of the structure and organization of specialized text as key to the identification and characterization as the morphosyntactic aspects and lexical-semantic points of view of its terminology. The corpus is formed by eleven domain texts of the Personal Academic Documents, written in Portuguese, issued by institutions within the Brazilian education system at the federal and private levels. The choice of this topic is related to the texts that convey specialized knowledge in the field studied reveal a terminology differentiated nature by realizing a prized cognitive aspects in society and have full faith character. Our analyses indicated that the terminology is given the level of skill that present in their usage context, some lexical units can be considered under confirming the multifaceted nature of these units according to the Communicative Theory of Terminology (TCT).

Key-words: Terminology, Specialized text, Personal Academic Documents.

Cómo citar este artículo: ASSUMPÇÃO, Glória de Fátima Pinotti de. Documentos escolares individuais: um estudo exploratório sobre os segmentos estruturais do texto. *Debate Terminológico*. No. 13, Junho. 2015; pp. 67-83

1. Introdução

A Terminologia, enquanto estudo do vocabulário das áreas técnicas e científicas e de suas aplicações, tem se dedicado nos últimos anos a favorecer a reflexão sobre a relação existente entre as unidades terminológicas e o texto especializado nas comunicações profissionais. Dado a isso, desempenha um

* Professora da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Paraíba – FEAU/UNIVAP, Brasil. E-mail: gloriapinotti@yahoo.com.br

papel fundamental no processo de identificação das unidades terminológicas existentes, no sentido de poder mostrar que o texto especializado se tece com uma série de elementos em sua estrutura tornando-se o habitat natural dos termos na perspectiva linguístico-comunicativo.

A natureza multifacetada de unidades terminológicas, na perspectiva da Teoria Comunicativa de Terminologia¹ (TCT), segundo Cabré, (1999) possui valores duplos a se considerar: ora porque podem ser unidades lexicais por pertencerem à linguagem comum, ora por poderem ser assumidas unidades terminológicas por suas condições semânticas e pragmáticas, que adquirem a sua especificidade dado o contexto de uso em que figuram no texto especializado.

Sob essa perspectiva e por reconhecer que a natureza de unidades terminológicas de uma determinada área integra características da linguagem comum, a TCT propõe três abordagens para uma análise multidimensional: a cognitiva (o conceito), língua (o termo) e comunicativa (a situação). Assim, é possível perceber as relações que mantém com seu ambiente de inserção, natureza e função em um dado contexto de uso.

Como definição de textos e unidades terminológicas, adotamos a proposta de Barros (2006) que defende a compreensão de que os termos devem ser analisados em seu ambiente natural – os textos e de que estes consistem-se em um conjunto dinâmico de elementos linguísticos, pragmáticos, discursivos e comunicativos. Os termos são unidades lexicais e o que daria o estatuto de termo às unidades linguísticas encontradas seria o contexto especializado. Tais proposições, segundo Barros (2007), levam a TCT a postular que, *a priori*, não há termos, mas somente unidades lexicais. Para efeitos desse estudo termos e unidades terminológicas são intercambiáveis considerando-se que no conjunto de textos encontramos termos próprios de uso exclusivo do domínio e unidades léxicas que podem ser ou não consideradas termos dado o contexto de uso.

Tendo em vista que estas adquirem estatuto terminológico no âmbito das comunicações especializadas, partimos da hipótese que esses textos assumem linguagem distinta consoante ao público a que se destina. A partir disso, faremos um estudo exploratório sobre os segmentos estruturais do texto no domínio dos documentos escolares individuais apontando de que forma e a partir de quais elementos as características contribuem para a relação existente entre o texto especializado e a sua terminologia.

Neste artigo será discutida a organização estrutural do texto especializado e a sua relação com as unidades terminológicas encontradas num conjunto de onze textos do domínio dos documentos escolares individuais²: Atas, Atestados, Boletins Escolares, Certidões, Certificados, Declarações, Diplomas, Ficha de Matrícula, Históricos Escolares, Menções Honrosas e Requerimentos.

Para a análise do *corpus* serão consideradas as seguintes proposições:

- i. estudo do plano global do texto em sua macroestrutura reconhecendo partes constitutivas na sua situação comunicativa no domínio.
- ii. exposição do desenvolvimento deste plano em unidades léxicas e terminológicas e suas vinculações, no plano da microestrutura (KRIEGER, FINATTO, 2004).

Exporemos alguns elementos fundamentais relativos ao *corpus*, uma vez que suas características determinam o perfil da terminologia neles utilizada. Apresentaremos também uma discussão acerca da dificuldade de delimitação sobre os documentos escolares brasileiros quanto à quantificação e qualificação. Nas convicções teóricas, apresentaremos as bases de estudos em Terminologia, pontuando a diferença entre a TGT e a TCT. E, por fim, para explorar o texto nas comunicações especializadas, trazemos as bases da linguística textual.

¹ Nos estudos terminológicos grafa-se com “T” maiúsculo, Terminologia, o conjunto de noções teóricas e com “t” minúsculo, terminologia, as unidades de um domínio especializado.

² Pesquisa de doutoramento intitulada *Perfil da terminologia dos documentos escolares individuais* concluída em 2014 pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/IBILCE).

2. O sistema brasileiro de educação

O sistema de ensino no Brasil, ou sistema brasileiro de educação, estrutura-se em dois níveis distintos: a educação básica e a educação superior nas modalidades: educação especial, educação à distância, educação de jovens e adultos; educação indígena e educação de nível profissional de nível técnico e educação no campo. A educação básica engloba o ensino infantil, fundamental e médio e a educação superior a graduação e pós-graduação.

De acordo com Souza (2001, p. 28), o sistema de ensino no Brasil configura-se um conjunto de componentes de natureza educativa, que se estrutura ordenadamente, por meio de leis e normas, a fim de possibilitar maior eficácia nos resultados, melhor rendimento nos meios empregados e um adequado controle sobre métodos e processos utilizados.

De fato, a referência maior que se tem sobre o sistema de ensino no Brasil está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada por resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE, Ministério da Educação - MEC. Nela, o sistema de ensino é apresentado por órgãos que atuam nos subsistemas nos níveis federal, estadual e municipal formando o sistema federal de ensino. Para citar alguns, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior, Secretaria de Estado de Educação e Conselho Estadual de Educação, Diretoria de Ensino e Conselho Municipal de Educação. Esses órgãos agem de forma colaborativa e supletiva.

Nos últimos cinquenta anos, o sistema educacional brasileiro passou por duas reformas que implicaram as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 5.692/71 e a 9.394/96. Dado a isso, dois estágios distintos marcaram a evolução de todo o sistema em sua estrutura atual, o que o designou por meio de novos termos em detrimento de outros.

- a) No período de vigência de 1996 a 2011, a Lei 9.394/96 chama de Educação Superior e Ensino Médio.
- b) De 1982 a 1996, a mesma Lei introduziu também os termos Ensino Fundamental e Educação Infantil.
- c) De 1971 a 1982, a Lei 7.044/82 denominava de Segundo Grau e a Lei 5.692/71 de Ensino médio.
- d) De 1961 a 1971, a então Lei 7.044/82 de Primeiro Grau enquanto que a Lei 5.692/71 chamaria de Ensino primário e ginásio.

Até 1971, no entanto, pela Lei 4.024/61, essa mesma terminologia haveria de se chamar de Colégio (1ª a 3ª série); Ginásio (1ª a 4ª Série) e Primário (1ª a 4ª Série).

As reformas das LDB 1971 e 1996 não só modificaram o sistema educacional brasileiro quanto a sua estrutura, como substancialmente determinaram o texto e sua terminologia. Assim, emprega termos para designar o tipo de documento, o formato e sua designação, como por exemplo, certificado de conclusão do Ensino Médio.

3. Os documentos escolares brasileiros

Os documentos escolares são sempre exigidos em processos de seleção que envolvem vagas de emprego, programas de continuidade de estudos, processos de regularização de títulos obtidos no exterior, entre outros, pois é por meio deles que se verifica o grau de escolaridade obtido pelo indivíduo. Isso torna esses documentos de fundamental importância para a sociedade brasileira, visto que, na maioria das vezes, servem de suporte para consultas que sustentem decisões que determinam as possibilidades de ascensão na carreira de um profissional-candidato, o nível salarial ou a continuidade de estudos.

Lidar com esses documentos requer de profissionais administrativos, de tradução, de tecnologia da informação e especialistas conhecimento de linguagem no que concerne a termos técnicos-científicos, valorização de aspectos da organização textual, conhecimentos da denominação e constituição das línguas especializadas. Somente assim é que esses profissionais tornam-se efetivamente capazes de considerar as diferenças denominativas para alguns tipos de documentos e as características da língua especializada empregada nas esferas em que se estrutura o sistema educacional brasileiro. Por exemplo, a educação básica, o ensino técnico profissional e o ensino profissionalizante, a graduação e a pós-graduação, o ensino militar, o ensino de escola civil com formação militar, diferenciando-se do ensino para civil, o ensino à distância e a educação de jovens e adultos, alguns programas específicos como educação indígena e do campo.

Toda atividade profissional relacionada a esse tipo de documentação, envolvendo preparo, exame ou consulta, requer dos usuários um conhecimento aprofundado do funcionamento do sistema escolar, o tipo de documento aliado à sua terminologia. Nos processos de equivalência de estudos realizados, por exemplo, é fundamental comparar o tipo de documento do país que emitiu com os documentos emitidos pelo país que concederá a equivalência. Do estabelecimento que emitiu o documento para aquele que examinará a documentação emitida, e assim por diante.

Caracterizar esses documentos escolares, especificando-os num subgrupo denominado documentos pessoais tem fundamento nas considerações de Aubert (1996) que os define em dois grupos: a) documentos pessoais - carteira de identidade, certidões de nascimento, casamento, divórcio ou óbito, e b) documentos escolares - carteiras de habilitação de motoristas, passaportes e outros documentos como certificado de reservista solicitados pelos estabelecimentos de ensino.

A legislação brasileira, como a Resolução SE nº. 31/1981 (SÃO PAULO, 1981), faz menção somente a alguns, boletins escolares e fichas de matrícula e, na maioria das vezes, ocupa-se de formato e preenchimento, ou seja, não possui uma definição específica sobre o termo documentos escolares, nem quais nem quantos são.

Sob a denominação documentos escolares, Colmán (2008) nos dá uma ideia de quão amplo é esse termo, ao afirmar que envolvem o funcionamento da instituição, a organização e controle de suas atividades e estão interligados aos objetivos da escola em cumprimento à legislação específica que orienta essa produção.

Grande parte da referência para chegarmos ao termo documentos escolares individuais está contida nos manuais de trabalho da escrituração escolar, a exemplo do Estado do Ceará (2006, p. 7), que os classifica em os do aluno documentos eventuais porque têm vida curta e servem para documentar ou comprovar um fato eventual e circunstancial do aluno, como declaração e portaria disciplinar. E documentos permanentes os que garantem, indefinidamente, a identidade de cada aluno, a regularidade e autenticidade de sua vida escolar como o histórico escolar e diploma.

A legislação federal e também a complementar expedida pelos estados como portarias, resoluções e manuais técnicos citam documentos escolares e documentos pessoais diferenciando-os aqueles que tratam da vida escolar do aluno, histórico escolar e diploma, daqueles que tratam do estabelecimento de ensino enquanto espaço físico, controle de frequência de funcionários, atestado de afastamento médico, alvará entre outros. Quando a legislação refere-se aos documentos escolares, o faz no sentido de orientar sobre os dados que alguns deles devem conter, sobre sua aplicação, sobre feitura e sobre o arquivamento, porém não deixa claro quantos ou quais são efetivamente os documentos escolares.

Os documentos escolares referidos neste artigo são expedidos pelos estabelecimentos de ensino, em todos os níveis de escolaridade alcançados pelo aluno, desde a educação básica à pós-graduação. São de valor histórico, probatório e informativo, e usados na sociedade para processos seletivos, pois possibilitam a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno, da autenticidade dos assentamentos informativos gerados e preservados, servindo para comprovar titulações, ajustar encaminhamentos, prestar informações sobre os mesmos.

Diante dessa dificuldade de definição, torna-se necessário caracterizar o domínio assumindo o parâmetro tipo de texto especializado contendo dados da vida escolar de um indivíduo, usado incontestemente como prova, especialmente, os apresentados em processos seletivos que servem para destacar, de modo particular, as características de um candidato que se sobrepõem a outros concorrentes. Pela leitura realizada em editais para esta pesquisa, os documentos solicitados e os entregues pelos candidatos em processos de seleção, inclusive editais de concursos que visam ao preenchimento de vagas para emprego e matrícula, são aqueles que dão o caráter individualização do candidato: atas, atestados, boletins escolares, certidões, certificados, declarações, diplomas, fichas de matrícula, históricos escolares, menções honrosas e requerimentos, fato que levou a delimitação do domínio - *documentos escolares individuais*.

4. Bases dos estudos teóricos da Terminologia

Entre os séculos XVIII e XIX houve grande progresso da ciência, época marcada também pelo avanço tecnológico, o que provocou a criação de termos nas áreas científicas e tecnológicas. Os destaques para esses estudos, ao longo de muitas décadas até os dias atuais, são dados aos precursores E. Wüster (1898-1977), que a partir dos estudos realizados nos anos de 1930 estabeleceu as bases para a Teoria Geral da Terminologia (TGT) e a M. Teresa Cabré, que a partir da década de 1990 apresentou um novo paradigma expresso pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

A necessidade de se estudarem termos nas áreas científicas e tecnológicas levou E. Wüster (1898-1977), engenheiro e professor, a desenvolver sua tese de doutorado intitulada *Die Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik* (A normalização internacional da terminologia técnica, com ênfase especial na Eletrotécnica), em 1935, pela Universidade Técnica de Stuttgart, na Alemanha. Nesse trabalho, Wüster discutiu o tema da precisão conceitual, explicitando os motivos para a sistematização dos métodos do trabalho, tornando-se o principal representante da chamada *Escola de Viena* e idealizador da Teoria Geral da Terminologia (TGT). Wüster também é tido como o responsável pela disseminação dos princípios do trabalho terminológico a outros países e organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organisation Internationale de Normalisation (ISO).

A TGT entende a Terminologia como uma disciplina autônoma, cujo objeto - os termos técnico-científicos são entendidos como unidades específicas de um âmbito de especialidade, compostas de um conceito e de uma denominação. Trata-se do princípio da univocidade, um dos aspectos mais relevantes da TGT.

Nessa perspectiva, o conceito é compreendido como algo universal e imutável, os termos não pertencem ao sistema linguístico, como na concepção saussuriana (significante e significado), mas sim a um sistema de conceitos cujas relações lógicas e ontológicas constituem a ampla rede de sistemas conceituais somente.

A TGT caracteriza-se, portanto, por ser uma proposta teórica de ordem prescritiva, na qual apoiava-se na monorreferencialidade do termo, ou seja, cada termo designando um único conceito e vice-versa. O objetivo principal do trabalho de Wüster foi o de superar os obstáculos da comunicação profissional causados pela imprecisão, diversificação e polissemia.

Porém, com a participação de linguistas nas pesquisas em línguas de especialidade, os pressupostos da TGT tornaram-se insuficientes pelo caráter idealista da concepção de Wüster e o valor especializado de dada unidade léxica é visto pelo uso da língua em situações comunicativas, qual seja, como algo influenciado por questões sociais, culturais, econômicas, entre outras.

Na antiga União Soviética, outras pesquisas linguísticas sobre termos e domínios especializados eram realizadas por D. S. Lotte (1898-1950), o expoente da Escola de Moscou da Terminologia, que, ao lado de Drezen, desenvolveu reflexões e propôs diretrizes para o exame de unidades terminológicas, a partir

das denominações (termos) de uma área. A chamada Escola de Moscou adotava uma concepção mais linguística da Terminologia e tinha influência filosófica.

A Escola de Praga, que surgiu a partir dos trabalhos linguísticos funcionais, cuja corrente de base comunicativa, ocupa-se da descrição funcional dos termos inseridos em contextos, isto é, a terminologia é um sistema de designação e de conceitos.

Essas reflexões teóricas acerca da Terminologia seguem até o Século XX sinalizando novos estudos e não mais apenas voltados para a normalização, cujas preocupações eram com o uso de terminologias de forma universal.

Escreve Nadin (2008, p. 70) em sua tese de doutoramento que nas décadas de 80 e 90, muitos pesquisadores (Gaudin, Gambier, Cabré, Temmerman, entre outros) se dedicaram à análise dos pressupostos teóricos da TGT a fim de propor novos caminhos para os estudos terminológicos. Esses pesquisadores rejeitaram a posição prescritiva da Terminologia, defendida até então, e buscaram alternativas mais descritivas para os estudos terminológicos, sob enfoques variacionistas, comunicativos e cognitivos.

Referindo-se à evolução histórica da Terminologia, Cabré (1993, p. 28) cita quatro períodos:

- Origens (1930 a 1960): período da Terminologia Científica (Wüster), formação da Escola de Viena, Escola de Praga e Escola Soviética (Lotte).
- Estruturação (1960 a 1975), quando novos instrumentos foram introduzidos servindo de base para o desenvolvimento de teorias em diferentes áreas: desenvolvimento de sistemas informatizados e de técnicas documentais; criação de bancos de dados e bases de conhecimento na linguística computacional.
- A eclosão (1975 a 1985) com as políticas de planejamento linguístico, popularização da informática como recurso utilizado no levantamento e tratamento dos dados terminológicos.
- A expansão (1985 até 1990), período em que a Terminologia articula-se no plano internacional, proliferam intercâmbios e projetos para obras terminográficas especializadas em vários domínios. Devido a isso, a modernização da disciplina toma impulso com a mudança das condições do trabalho terminológico e do tratamento dos dados com aportes da Informática.

O último período, dito pela autora, foi de reflexão e mudança de paradigmas, marcado pela revisão de pressupostos teóricos e metodológicos. Proposta por Cabré (1999), a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), assume os termos como unidades linguísticas, admitindo a variação conceitual e denominativa e o caráter polissêmico, homônimo ou sinônimo dos termos.

As características da sociedade atual explicam o grande desenvolvimento da Terminologia no Século XX, como disciplina científica que estuda as línguas (ou linguagens) de especialidade e o conjunto vocabular de campos especializados. O principal objetivo da Terminologia, em destaque no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL (2014), é “dar conta do funcionamento das unidades lexicais especializadas em situações comunicativas profissionais, acadêmicas ou científicas”, de modo que essa comunicação “se realize de forma compreensível e sem ambiguidades em ambientes mono e/ou multilíngues.”

Para Barros (2004, p. 22), o desenvolvimento da investigação no âmbito da Terminologia e a atuação prática dos terminólogos em projetos que objetivam a criação de meios eficientes de tratamento da informação, de modo a facilitar a comunicação, fizeram com que os estudos terminológicos saíssem das universidades e chegassem às empresas, deixando de ser uma atividade restrita a grupos de cientistas altamente especializados e se tornando cada vez mais necessidade na formação de profissionais de inúmeras áreas.

Os estudos em Terminologia estão centrados no ensino de língua de especialidades e na divulgação científica. As pesquisas desenvolvidas em universidades aplicam-se, principalmente, às pesquisas de base ao trabalho de traduções, normalização linguística, à concretização de diversos produtos como dicionários, vocabulários, glossários, entre outros.

Além disso, Pontes (2007, p. 2) aponta que, no Brasil, já se observa a importância desses estudos pelo número razoável de produções, como teses, dissertações, que se apresentam em quase todos os programas de pós-graduação. Além do que, muitos projetos de pesquisa são desenvolvidos nas grandes universidades brasileiras. Em algumas delas, já na graduação, as disciplinas Terminologia/Lexicologia constam em seu currículo como disciplinas obrigatórias. Ressalte-se ainda que, nos congressos promovidos pela SBPC, ANPOLL, GEL³ e outros sempre se abrem espaços para os grupos de trabalho envolvidos com pesquisas em Lexicologia/Terminologia.

Criado desde 1986, mas efetivamente reconhecido como área de estudo pela ANPOLL, em 1988, o Grupo de Trabalho Lexicologia, Lexicografia (GTLEX), passou a denominar-se Lexicologia, Lexicografia e Terminologia.

4.1 O termo: objeto de estudo

O objeto privilegiado de estudo da Terminologia é o termo, o qual é compreendido como uma “designação⁴, por meio de uma unidade linguística, de um conceito de uma língua de especialidade” (ISO 1087, 1990, p.5).

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) vê o termo, enquanto unidade linguística composta de significante e de significado (que, no caso do termo, é fundamentalmente o conceito), como a unidade padrão. Os termos são unidades lexicais e o que daria o estatuto de termo a essas unidades linguísticas seria o contexto especializado.

Tais proposições, segundo Barros (2007, p. 35), levam a TCT a postular que, *a priori*, não há termos, mas somente unidades lexicais, tendo em vista que estas adquirem estatuto terminológico no âmbito das comunicações especializadas. Tem-se, assim, o termo na perspectiva dos estudos linguísticos e, por sua vez, unidades do conhecimento especializado e de comunicação especializada passíveis de variação.

Conforme Cabré (2000, p.13-15)⁵, na Teoria das Portas, os termos são descritos como unidades de forma e conteúdo (signos linguísticos), que podem adquirir valor especializado dependendo do uso; a comunicação especializada não é distinta da comunicação geral e o conhecimento específico não é uniforme nem independente de situações de comunicações.

A teoria agrega o princípio de integração de várias teorias para a análise de diferentes aspectos dos termos. O termo é um objeto poliédrico e essa concepção permite a associação de disciplinas diferentes para a realização de sua análise. Sua especificidade está em seus aspectos pragmáticos e em seu modo de

³ SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística; GEL – Grupo de Estudos Linguísticos.

⁴ Terme: désignation au moyen d'une unité linguistique d'une notion définie dans une langue de spécialité.

⁵ La communication spécialisée n'est pas une forme de communication complètement différente de la communication générale; et la connaissance spécialisée n'est ni uniforme ni totalement séparée de la connaissance générale, et ce dans toutes les situations de communication. La terminologie ne peut pas être expliquée de manière autonome, indépendamment de l'étude des autres signes dénominatifs qui ont une capacité référentielle ou dénominative. Elle ne peut pas non plus être décrite indépendamment des autres signes de la langue naturelle, également constitués d'une forme et d'un signifié, de même elle ne peut pas être tenue à l'écart des théories qui visent à expliquer la communication et la cognition.

significação⁶. O tratamento dado a eles deve ser multidimensional, uma vez que a terminologia pertence a um domínio interdisciplinar em que interagem os aspectos cognitivos, linguísticos e comunicativos.

Sendo os termos cunhados de acordo com as regras linguísticas de determinada língua, estes são passíveis de análise do ponto de vista das estruturas morfossintáticas além dos limites denominativos e variação que os discursos especializados produzem. Assim, os termos são unidades cognitivas que representam o conhecimento de um domínio ou área de atividade particular e, como tais, devem funcionar como unidades de conhecimento e de representação, porque veiculam conceitos específicos da área representada.

Quanto à relação entre termos e palavras, Cabré (1993, p. 169) considera que termos e palavras não se diferenciam tanto sob o aspecto formal ou semântico, mas sob os aspectos pragmáticos e comunicativos. Dessa forma, termos, considerados como parte integrante do léxico compartilhariam das mesmas regras de construção de palavras⁷.

As considerações de Cabré vêm ao encontro de nossa pesquisa dado que o domínio dos documentos escolares individuais possui características muito próximas do léxico da língua geral, a maioria dos documentos escolares são, inclusive, muito conhecidos de usuários da língua geral.

De acordo com a ISO 1087 (1990, p. 4)⁸, o conjunto de características que são reunidas para formar um conceito é chamada intensão. Os objetos que podem ser reunidos sob o conceito constituem a extensão do conceito. Os dois, intensão e extensão, são interdependentes, isto é, um gera definição por compreensão e o outro gera a definição baseada na lista exaustiva dos objetos que são imediatamente associados. O ponto focal da análise difere de acordo com as características encontradas nos domínios específicos.

4.2 Termos e contexto

Os termos são unidades linguísticas que designam *conceitos* de áreas de especialidade. O *conceito*, de acordo com Boutin-Quesnel (1985, p. 18), é uma unidade de pensamento constituída por um conjunto de características atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos expressos por um termo ou por um símbolo⁹.

No espaço textual (produção linguística), chamado de contexto, ocorrem os termos. Pode-se definir *contexto* como “[...] o enunciado que exprime uma ideia completa, no qual o termo estudado se encontra atualizado” (BARROS, 2004, p. 109).

O contexto apresenta alguns descritores - elementos que contribuem para o processo de análise terminológica. Para a autora (*op cit*) “A identificação das características de um conceito num contexto é possível graças aos descritores. Estes são os elementos reveladores de uma característica de um conceito contido em um contexto”. Assim, o reconhecimento do contexto e dos descritores é fundamental à análise terminológica, pois possibilitam a compreensão do conteúdo semântico-conceptual dos termos.

⁶ Leurs spécificité se trouve dans leurs aspect pragmatique et dans leur mode de signification.

⁷ Los términos, como las palabras del léxico general, son unidades sígnicas distintivas y significativas al mismo tiempo, que se presentan de forma natural em el discurso especializado. Poseen pues una vertiente sistemática (formal, semântica y funcional), toda vez que son unidades de um código establecido, y manifiestan asimismo otra vertiente pragmática, puesto que son unidades usadas em la comunicación especializada para designar los `objetos` de uma realidade preexistente. (grifo autora).

⁸ Definition: enoncé qui décrit une notion et qui permet de la différencier des autres notions à l'intérieur d'un système de notions. Définition par compréhension: définition base sur la compréhension d'une notion. Définition par extension: définition base sur l'énumération exhaustive des objets auxquels une notion fait référence ou des notions spécifiques qui lui son immédiatement subordonées.

⁹ Notion: unité de pensée constituée d'un ensemble de caracteres attribués à un objet ou à une classe d'objets et qui peut s'exprimer par un terme ou par un symbole.

Baseando-se na quantidade e na espécie destes elementos, pode-se ainda classificar o contexto em diferentes tipos: 1) O contexto definatório apresenta uma definição objetiva do termo em questão; 2) o contexto explicativo contém alguns traços e dados sobre o termo; 3) o associativo, que permite inferir o campo de especialidade ao qual pertence o termo; 4) o enciclopédico, que apresenta dados de caráter extralinguístico e histórico e, por fim, 5) o contexto de uso é o que traz o termo em funcionamento no texto.

O contexto de uso, na verdade, é o de maior importância, pois é por meio dele que identificamos a unidade lexical ou o termo em seu funcionamento na estrutura ou modo de apresentação do texto especializado característico do domínio.

5. O texto especializado

A noção que se tem de texto, como entidade genérica, a partir de uma perspectiva linguística, pode ser aplicada a qualquer produção de linguagem oral ou escrita, de tamanhos ou formatos diferentes, porém dotados de características do contexto em que é produzido. Koch (2003), estudiosa pioneira da Linguística de Texto no Brasil, no entanto, vincula o conceito de texto a partir das concepções que se tem de língua e de sujeito a uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza com base em elementos linguísticos da superfície textual, na sua forma de organização. Por essas razões, a autora recorre a uma concepção sociointeracionista de linguagem vista como lugar de interação entre sujeitos sociais, ativos e empenhados em uma atividade sociocomunicativa.

Na abordagem sóciodiscursiva de Bronckart (2003), cada texto exibe um modo determinado de organização de seu conteúdo referencial e cada texto está em relação de interdependência com as propriedades do contexto em que é produzido.

Estamos concebendo o texto especializado como o utilizado em uma determinada área especializada e como uma dada estrutura que contribuem para a forma de expressão de sua terminologia, nesse caso, os documentos escolares individuais Atas, Atestados, Boletins Escolares, Certidões, Certificados, Declarações, Diplomas, Ficha de Matrícula, Históricos Escolares, Menções Honrosas e Requerimentos.

Como entidade genérica, a concepção de Marcuschi (2008) volta-se aos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Com base nisso, é possível classificar os documentos escolares individuais em entidades sociais, comunicativas e orientadas para fins específicos, com certas características que se integram e os diferenciam um dos outros possibilitando a funcionalidades de suas unidades lexicais e terminológicas.

A distinção de um texto especializado pode ser feita por meio da captura de sua terminologia, pois na perspectiva comunicativa (CABRÉ, 1993), são os termos que assumem o papel de veicular o conhecimento especializado. À medida que a comunicação profissional se estreita na relação especialista não especialista, como é o caso dos documentos escolares individuais que reúne profissionais de várias áreas em sua lida, o texto de uma língua especializada se configura em alguns elementos estruturais que permitam aos seus usuários reconhecê-lo em uma determinada área de conhecimento. A distribuição do dado, a formação de blocos e parágrafos são alguns elementos da estrutura que possibilitam a leitura de usuários.

Algumas propriedades desse texto possibilitam reconhecer a terminologia. Sem se importar ao certo, se esse tipo de texto tende a isolá-lo dos demais, a transmissão do saber, de acordo com BARROS (2006, p. 1), faz-se por meio de textos que possuem características peculiares, em nível semiótico, pragmático, sintático, semântico e, sobretudo, lexical, uma vez que é principalmente por meio de uma terminologia própria que esse tipo de texto veicula os conhecimentos especializados.

De acordo com Finatto (2007, p. 450), nas comunicações profissionais, um dos principais objetos da Terminologia de perspectiva linguística e descritiva, o texto especializado pode ser explorado pelos seus elementos constitutivos como fatores que lhe são internos, materializado ou particularizado no conjunto de enunciados que o configuram.

Como metodologia para o levantamento das características do texto especializado e identificação de sua terminologia, Ciapuscio (2003) reitera que é fundamental determinar zonas fronteiriças entre o que é especial e não especial para avançar na identificação e descrição dos aspectos linguísticos que permitem fundamentar o caráter mais ou menos especializado. A autora ainda define que se trata de produto predominantemente verbal de registros comunicativos específicos, definidos pelos tipos de usuários, finalidade e temáticas próprias de um domínio de especialidade e respondem a convenções e tradições retóricas específicas.

Os documentos escolares individuais especialmente são reconhecidos na sociedade pelas informações que contém. Suas características estruturais são fundamentais para a sua especificidade e terminologia, pois servem para caracterizar e facilitar a sua circulação no meio social pelo nível de situação em que são gerados, pelo alto nível de expertise, pelo nível de destinatário e o fim a que se destinam.

No tocante à estrutura desses textos, Van Dijk (2002) descreve os seus componentes em macro e microestrutura, que adquirem as características linguísticas e pragmáticas da área atribuindo-lhes propriedades específicas, a segunda em função da primeira.

6. O corpus

Os corpora apresentados neste artigo são textos especializados do domínio dos documentos escolares individuais, escritos em Português do Brasil, recolhidos de instituições de ensino públicas e particulares que integram o sistema educacional brasileiro. A coleta desses documentos se deu em todo o território nacional em visitas realizadas às instituições de ensino, por entrega voluntária de colaboradores anônimos e por pesquisa de páginas institucionais. Ao todo foram recolhidos 185 documentos¹⁰.

Tradicionalmente os documentos escolares individuais circulam na sociedade em forma impressa no tipo formulário, com ou sem parágrafo. Costuma-se apresentar esses textos para comprovação de um item previsto em editais de processo seletivo escolar ou profissional, ou seja, são utilizados por candidatos para fazerem prova de sua titulação. Lidam com esses documentos profissionais de diferentes áreas, predominando os das áreas administrativas dos estabelecimentos escolares ou das empresas.

- a) **Atas** - documento que registra o aproveitamento do programa de estudos do aluno; o exame geral de qualificação e o exame de apresentação da dissertação de mestrado ou defesa da tese de doutorado.
- b) **Atestados** - documento que atesta a situação do aluno em um dado momento de sua vida escolar.
- c) **Boletins** - documento que registra parcialmente a vida escolar e o grau de aproveitamento do aluno matriculado.
- d) **Certidões** - documento que certifica a conclusão do programa de estudos do aluno em um determinado curso.
- e) **Certificados** - documento que certifica o acompanhamento do programa de estudos do aluno e/ou a participação em eventos científicos.
- f) **Declarações** - documento que declara a conclusão de curso, o depósito de exemplares de dissertação e de tese, dentre outras solicitações de interesse do aluno.

¹⁰ Por delimitação de espaço deixaremos de mencionar nominalmente as instituições.

- g) **Diplomas** - documento que atribui ao aluno o grau ou título obtido pela conclusão do curso de graduação, programas de estudos em mestrado, mestrado profissional e doutorado.
- h) **Fichas de matrícula** - documento que registra uma solicitação de matrícula ou a inscrição em cursos, em escolas da rede pública e particular, faculdades e universidades.
- i) **Históricos Escolares** - documento que registra as disciplinas cursadas e os graus obtidos pelo aluno devidamente matriculado em curso técnico, ensino fundamental e médio da rede pública e particular, em curso profissionalizante, em programas de pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado.
- j) **Menções honrosas** - documento que destaca em grau o aproveitamento obtido pelo aluno em relação aos demais do mesmo nível e curso.
- k) **Requerimentos** - documento que registra a solicitação de serviços relativos à vida acadêmica do aluno a um setor específico da unidade escolar.

As unidades terminológicas foram extraídas semiautomaticamente com auxílio da ferramenta computacional programa¹¹ *Concordance* 3.3, software para análise de textos no formato eletrônico para pesquisas em Terminologia, Lexicografia, Linguística de Corpus, traduções e outros.

Lidar com esses documentos requer de profissionais o conhecimento de linguagem no que concerne a constituição das línguas especializadas, termos técnico-científicos, aspectos da sua organização textual e denominação de suas unidades terminológicas. Dada a características tão peculiares, possivelmente sua organização não é nem aleatória nem arbitraria e sim regrada pelo controle social e cultural que a sua produção vincula ao crédito que a sociedade impetra a esses documentos, dentre eles, a fé pública.

7. Constituintes estruturais e as unidades terminológicas

Para que um texto especializado seja construído, é necessário que ele traga em seu bojo os elementos constitutivos da significação e da estruturação. Faremos, nesta seção, análises da macroestrutura e microestrutura em relação às unidades terminológicas extraídas dos *corpora* citados.

A macroestrutura constitui a representação formal e convencional do texto, normalmente em blocos e parágrafos hierárquicos e sequenciais por meio dos quais são organizadas as temáticas próprias e os arranjos possíveis com vários dados que compõem a informação acerca do aluno/candidato. Com esse aspecto formal, os documentos escolares individuais possuem uma estrutura rígida e controlada, tipo de estrutura gerenciada pelo emitente que representa as proposições institucionais para que a informação contida seja compreendida de uma única forma e sem que possibilite dúvidas.

Na microestrutura estão as unidades lexicais e terminológicas. Algumas dessas unidades terminológicas pertencem exclusivamente ao domínio dos documentos escolares individuais e outras são de uso em áreas especializadas distintas. As unidades lexicais, dado ao contexto de uso, podem ser consideradas terminológicas por possuírem significação própria no domínio e serem fundamentais para a caracterização do dado contido e estruturado no formulário, a partir de seus blocos, ou em parágrafos.

7.1 Estudo do plano global estrutural: a macroestrutura

A macroestrutura do texto especializado contribui para a definição de sua terminologia considerando-se o modo de organização a partir dos seguintes elementos:

¹¹ Programa registrado (2009), cujo autor de R. J. Watt disponibiliza para o usuário durante o período de trinta dias por meio do site: <http://concordancesoftware.co.uk>.

a) *Timbres e logos* – este campo compõe-se de símbolos nacionais e insígnia, elementos portadores de significação. O primeiro para o estabelecimento que faz parte da rede pública de ensino e o segundo para os de rede particular. Nesta parte dos documentos escolares individuais normalmente encontram-se informações sobre o estabelecimento emissor. Em destaque está o nome e o tipo de estabelecimento, o reconhecimento do estabelecimento ou do curso. Em alguns documentos também é citada a publicação dos atos de reconhecimento em Diário Oficial.



Figura 1. Timbres e logos - Declaração
Fonte: Universidade de Taubaté (2002)

b) *Identificação do documento* – em forma de título, centralizado, em negrito e letras maiúsculas. Estes elementos servem para orientar quem o elabora, o requerente ou o examinador. O tema central do texto se especifica por meio do título, pois informa sobre o conteúdo do texto à qual ele se materializa, por exemplo, *ata de defesa da dissertação, requerimento de matrícula*.

c) *Blocos de distribuição da informação* – os blocos constituem um importante ponto de significação no texto especializado, pois são agrupados dados para compor uma informação. Nesses exemplos são os blocos de *Dados relativos ao aluno/candidato*. Nessa parte encontram-se os dados pessoais e os específicos de acordo com o tipo de documento emitido.

(Favor preencher o formulário preferencialmente em letra de forma)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome do Candidato:			
Data de Nascimento:	/	Nacionalidade	
Município onde Nasceu			UF
Nome do Pai:			
Nome da Mãe:			
Código de Endereçamento Postal (CEP)	DDD	Fone Fixo	DDD Fone Celular:
Endereço Residencial:			
Bairro:			
Município			UF
E-mail			

Figura 2. Blocos de identificação - Ficha de Matrícula
Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2010)

Essa forma de organizar o dado é grande importância no texto especializado, pois estes devem dar conta da natureza, da função, ou o fim a que se destina o documento. Em uma ficha de matrícula, por exemplo, os dados são mais detalhados, a demanda para a obtenção do dado que constituirá a informação a ser gerada é um rigoroso critério que parte do estabelecimento que emitirá o documento. Essa organização é fundamental na estrutura do texto e mostra a demanda, cujo arranjo é capaz de não deixar dúvidas acerca do aluno/candidato.

d) *Dados de finalização* – neste espaço são encontrados elementos relativos à emissão do documento como local, data, assinaturas, cargos, funções e, em alguns casos, carimbos.

e) *Rodapés* – os elementos do rodapé referem-se ao nome do curso ou da instituição emissor do documento, endereços completos, telefone e sítios eletrônicos do estabelecimento e/ou de suas unidades.

Às vezes pode conter informações sobre a impressão como o número de vias, o tamanho da mancha tipográfica e a diagramação.

f) *Marcas tipográficas* - colunas, barras, parênteses e linhas pontilhadas ou cheias são também indicativos do modo de organização da arquitetura do texto especializado. Atribui-se a isso o pouco espaço em relação à quantidade de dados que precisa ser captada do informante.

g) *Legenda* - a legenda é elemento muito presente no texto especializado, normalmente contém abreviaturas e numerais ordinais. Esse recurso facilita a lida por parte de usuários tanto orienta a elaboração quanto possibilita a leitura. A título de exemplo:

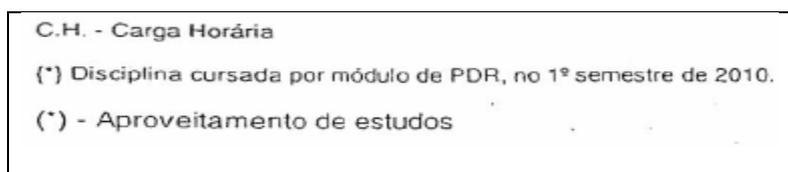


Figura 3. Abreviaturas e numerais – Requerimento
Fonte: Faculdade Anhanguera (2002)

7.2 Estudo das unidades terminológicas: microestrutura

A microestrutura das unidades terminológicas é classificada quanto aos aspectos de organização morfossintático e léxico-semântico. Barros (2004) orienta que ocorrem como simples, complexos ou compostos. Os *termos simples* apresentam um lexema, ou seja, são constituídos por um só lexema, com ou sem afixos. A exemplo temos *requerimento, bairro e turma*.

Os *termos complexos* são os que apresentam duas ou mais unidades lexicais aos quais podem se acrescentar outros elementos morfossintáticos do tipo preposicional. É o caso de *declaração de matrícula* e *requerimento escolar*, entre outros.

Os *termos compostos*, os que são formados por duas ou mais unidades lexicais unidas ou não por preposições, contudo, diferem dos termos complexos pela situação de não-autonomia representada graficamente pela utilização do hífen. É o caso de *pós-graduação, pró-reitoria e vice-reitor*.

Ciapuscio (2003) orienta classificar as unidades terminológicas no texto especializado a partir de sua densidade: N1 para alta densidade; N2 para média e N3 para baixa densidade. Neste corpus, a classificação proposta pela autora corresponde ao grau de dependência das unidades terminológicas em relação ao texto especializado no tipo de organização morfossintática e léxico-semântica.

Desse modo, na terminologia dos documentos escolares individuais:

- as unidades terminológicas de maior densidade são termos compostos, perfazendo um total de 219;
- a de média densidade são os termos simples, com 195 unidades e
- a de menor densidade, os termos complexos, somente 10 unidades.

Todas essas unidades terminológicas são de base substantival.

Analisar os aspectos de organização morfossintático e léxico-semântico dos termos é relevante para a investigação em Terminologia, pois é por meio desses que alguns se destacam por seus traços semânticos caso ocorram como simples, complexos ou compostos. Há casos em que reconhecemos traços semânticos modificados por unidades léxicas adicionadas em sua formação, capazes de determinar o conceito a que se refere. Para essa confirmação, citamos alguns exemplos.

Organização morfosintática e léxico-semântica	Unidades terminológicas
Termos-chave do domínio dos documentos escolares individuais	<i>ata, atestado, boletim escolar, certidão, certificado, declaração, diploma, ficha de matrícula, histórico escolar, menção honrosa, requerimento.</i>
Termos de uso exclusivo no domínio	<i>bacharelado, docência, licenciatura</i>
Termos próprios do tipo de documento	<i>aluno, registro acadêmico, curso, série</i>
Termos que formam o conceito-base de termos sintagmáticos	<i>Escola, escola rural, escola estadual, escola municipal, escola preparatória, escola de ensino médio e escola de primeiro e segundo graus; prova, prova mensal, prova bimestral, prova final, prova institucional e prova substitutiva.</i>
Termos que designam conceitos de outras áreas de especialidades	<i>Lei, Decreto-Lei, Portaria, entidade mantenedora</i>
Variantes de um mesmo termo	<i>prova bimestral, avaliação bimestral</i>
Formas braquigráficas (siglas e acrônimos)	Conselho Federal de Educação (CFE); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP)
Abreviaturas que designam conceitos	<i>MF (média final); CH (carga horária)</i>
Estrangeirismos e empréstimos	<i>magna cum laude; curso on line</i>
Unidades da língua geral que se constituem termos no domínio	<i>mãe, raça, cor</i>
Unidades formadas com uma unidade lexical, com duas e até com mais de cinco	<i>Diretor, assentamento escolar, Grau de aproveitamento, Verificação do aproveitamento escolar, certidão de aproveitamento de estudos</i>

Note-se que a terminologia no texto especializado documentos escolares individuais é constituída de termos de diferentes formatos, que vão desde as unidades terminológicas simples, de apenas um elemento, às unidades terminológicas complexas com até cinco elementos. Nesse caso formado por composição sintagmática processo de oposições distintivas entre unidades terminológicas que têm como lexema-base um termo mais genérico. Nos exemplos citados, o termo genérico constitui um conceito-base e os determinantes acrescentados indicam um grau maior de especialização ou especificidade.

O termo *boletim*, em seu conceito genérico, segundo o Aulete (iDicionário), significa “breve texto noticioso, para circulação interna ou divulgação pública”. Os demais termos formados a partir dessa base, ou seja, *boletim escolar, boletim final, boletim de estudos e boletim de desempenho*, encontrados em nossas pesquisas, significam “documento destinado à comunicação entre a família do educando e o estabelecimento de ensino, contendo a sua frequência, resultados de avaliação e apuração do rendimento escolar bimestral e de tudo o que se fizer necessário”, de acordo com Rondônia (2008, p. 29).

O mesmo acontece com o termo *escola*. Inicialmente, as duas LDB 5.692/71 e 9.394/96 usam o conceito genérico do termo significando local onde se realizam estudos. Os demais termos *escola estadual, escola municipal, escola pública, escola regional e escola rural* são definidos posteriormente por especificidade.

Considerações finais

Com este estudo foi possível concluir que as características do conjunto terminológico encontram-se intrinsecamente ligadas ao texto especializado pelo seu modo de organização estrutural. De modo mais particular, o texto especializado apresenta características textuais que os diferenciam e os particularizam de acordo com a natureza e função desse e ainda deixam suas marcas no perfil da terminologia própria ou de uso recorrente no domínio, neste especialmente, dos documentos escolares individuais. O formato do

texto é parte da expressão dos objetivos e as unidades terminológicas confirmam a situação comunicativa que subjaz a esse formato.

Quanto ao fato de algumas unidades lexicais poderem ou não ser consideradas termos, especialmente nos documentos escolares individuais o caráter terminológico evidencia-se a partir da situação comunicativa e expressividade desses entre os usuários e especialistas.

Algumas características da influência das propriedades do texto especializado documentos escolares individuais constituem os traços da funcionalidade desses termos por virem em segmentos estruturados em blocos, por exemplo, dados do aluno, disciplinas cursadas. É, pois, essa disposição que possibilita ao usuário a construção temática que ele busca obter. Consequentemente, atribui a relevância sociocomunicativa daquele formato e das unidades que integram o texto especializado no domínio.

A rigor, a fronteira diferenciadora entre a terminologia e o léxico comum define-se basicamente pelo plano semântico da unidade lexical e não por sua parte formal designativa. Portanto, dada a especificidade do texto, tanto uma como outra unidade integram o conjunto léxico de uma língua e comportam-se nos mesmos padrões sistêmicos. Os termos, mencionados neste trabalho, certamente devem a sua sistemática aos contextos em que se encontram. Termos e palavras coexistem sem outro diferencial que não o relativo ao plano conceitual que a comunicação especializada instaura e divulga nas diferentes áreas. Termos deixam de ser palavras quando cumprem as funções de fixar e divulgar o conhecimento especializado.

Neste sentido, podemos considerar que o texto especializado é um ponto de encontro entre o aspecto linguístico e o terminológico uma vez que este tem a função de caracterizar-se delimitando a sua função na sociedade por meio de sua estrutura e o terminológico com a função de particularizá-lo num determinado domínio.

Referências

Aubert, F. H. A. (1996). *Introdução à Metodologia da Pesquisa Terminológica Bilingue. Cadernos de Terminologia*, 2. São Paulo: Humanitas.

Barros, L. A. (2007). *Conhecimentos de terminologia geral para a prática tradutória*. São Paulo: Nova Graf.

Barros, L. A. (2006). Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Ciência & Cultura*, 58 (2). Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200011&script=sci_arttext [Acesso em: 5.11.2014]

Barros, L. A. (2004). *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: EDUSP.

Boutin-Quesnel, R. (et al.) (1985). *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Publications du Québec. (Cahiers de l'Office de la langue française). Disponível em: http://www.oqlf.gouv.qc.ca/ressources/bibliotheque/dictionnaires/voc_systematique_terminologie.pdf [Acesso em: 3.6.2010]

Brasil. Ministério da Educação (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN*. Lei n°. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legislação> [Acesso em: 5.6. 2010]

Brasil. Ministério da Educação (1971). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. Lei n°. 5692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legislação> [Acesso em: 5.6. 2010]

- Brasil. Ministério da Educação (1961). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. LEI nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm [Acesso em: 5.6.2010]
- Brasil. Ministério da Educação (1982). *Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982. Complementar. Educação Profissional de Nível Técnico*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm [Acesso em: 5.6.2010]
- Bronckart, J.-P. (2003). *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: Educ.
- Cabré, M. T. (2000). Terminologie et linguistique: la théorie des portes. *Terminologies nouvelles*, 21. 10-15.
- Cabré, M. T. (1999). *La Terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- Cabré, M. T. (1993). *La terminología: Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries.
- Ciapuscio, G. (1998). La terminología desde el punto de vista Textual: Selección, tratamiento y variación. *Revista Organon*, 12 (26). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29558/18258> [Acesso em: 5.11.2014]
- Ciapuscio, G. (2003). *Textos especializados y terminología*. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra. Disponível em: ebooks. [Acesso em: 5.11.2014]
- Colmán, R. S. L. (2008). *Gestão Documental nos Arquivos Escolares: Estudo de Caso nas Escolas Públicas Pirajá da Silva, Colégio Estadual da Bahia e CEFET*. Salvador. Disponível em: <http://www.ici.ufba.br> [Acesso em: 10.12.2010]
- Finatto, M. J. B. (2007). Exploração terminológica com apoio informatizado: perspectivas, desafios e limites. En: Isquierdo, A. N.; Alves, I. M. (ed.). *As ciências do Léxico*, III. São Paulo: Ed. UFMS. Humanitas. 447-458.
- Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Educação Básica do Ceará (2005). *Manual do Secretário Escolar*. Fortaleza: SEDUC. Disponível em: <http://www2.cec.ce.gov.br/Docs/Manual> [Acesso em: 5.6.2010]
- Krieger, M.G. (2004). Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. En: Isquierdo, A.N; Krieger, M.G. (ed.). *As ciências do léxico*, 2. Campo Grande: UFMS.
- Krieger, M.G.; Finatto, M.J.B. (2004). *Introdução à Terminologia. Teoria e Prática*. São Paulo: Contexto.
- Koch, I. V. (2003). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.
- Nadin, O. L. (2008). *Das ciências do léxico ao léxico das ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária*. São Paulo: FCLAR. UNESP/Campus Araraquara. [Tese de doutoramento]
- Organisation Internationale de Normalisation (1990). *ISO 1087. Terminologie – Vocabulaire*. Genebra: ISO.

Pavel, S.; Nolet, D. (2003). *Manual de Terminologia*. Canadá: Bureau de la traduction du Canada. Disponível em: <http://www.translationbureau.gc.ca> [Acesso em: 23.11.2009]

Pontes, A. L. (1997). Terminologia Científica: o que é e como se faz. *Revista Letras*, 19 (1/2). 44-51. Disponível em: http://www.revistadeletras.ufc.br/rl19_pdf [Acesso em: 3.4.2010]

Secretaria de Estado da Educação (1981). *Resolução SE nº 31/1981, de 01 de abril de 1981*. Disponível em: <http://www.profdomingos.om.br/estadual> [Acesso em: 10.8.2010]

Souza, P. N. P. (2001). *LDB e Educação Superior. Estrutura e funcionamento*. São Paulo: Pioneira.

Van Dijk, T. A. (2002). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto. [Tradução de Ingedore Villaça Koch]